

## **ST 16 – TEORIAS DA HISTÓRIA E USOS DO PASSADO**

## Início de um delírio civilizacional moderno: críticas de Mbembe e Gilroy

*Beginning of a modern civilizational delirium: criticism by Mbembe e Gilroy*

Bianca Lopes Brites<sup>1</sup>

O início das reflexões que se sucedem tem por foco principal um diagnóstico do que os autores Achille Mbembe e Paul Gilroy debatem sobre como o caráter universal de humanidade tornou-se divisível por critérios raciais. Busca-se apreender, pensar e explicar junto a eles acerca das colocações a partir das duas obras principais, no caso *Crítica da Razão Negra* e *Entre Campos, Nações e Culturas: O Fascínio da Raça*, tendo em vista os percalços contemporâneos que motivam tais reflexões. Nessa medida, faz-necessário observar que ambos os autores desenvolvem suas reflexões constatando de antemão a autoafirmação Ocidental como um legítimo “nós”. Isso significa que há, no sentido coletivo e referente a um de um certo tipo de racionalidade cultivada pelo pensamento europeu, cuja sustentação parte da definição primária de um caráter que coloca os enunciados de tais discursos, bem como seus critérios, em torno de divisórias “Eu” e “Outro”<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela UFRGS e Licenciada em História pela UFSM (2014-2018).

<sup>2</sup> O aporte metodológico para seguir com as introdutórias reflexões está baseado nas contribuições de Foucault (1987) e (2000) à medida que para compreender os tensionamentos conceituais semelhantes do que foi selecionado primordialmente das obras de Mbembe (2014)<sup>0</sup> e Gilroy (1999) parte da concepção de uma construção de uma ordem dos saberes. Nesse sentido, os critérios engendrados para estabelecer uma identidade que define o Eu segue-se pela definição de sua oposição, no caso o Outro, diante dos mecanismos de configuração de caráter de similitude e diferença. Esse intento primário articula-se a partir das convergências que as duas obras apresentam para criticar uma homogeneidade de um sujeito universal que se refere unicamente a parâmetros metafísicos do que seria um sujeito nacional-civil. Esses inserem-se na dinâmica formativa da raça como componente

De todo modo, o Renascimento marca um momento de transição em relação as formas de compreensão da natureza e da realidade, uma vez que a concepção cristã de centralizar todas as explicações das coisas consoante interpretações da bíblia é quebrada, abrindo espaço para outras sistematizações pautadas em reflexões e estudos sobre os fenômenos. Tal processo é concomitante às expansões do além-mar para as Américas, o denominado “Novo Mundo”, constituindo simbolicamente um otimismo e autoconfiança, associados a “uma expansão de horizontes de saberes”. Somado a isso, há a emergência de novas ciências geográficas e etnográficas para o estabelecimento de um novo senso e ordem de normalidade.<sup>3</sup> O humanismo burguês configura-se nesse período, delimitando as viragens supracitadas em decorrência das formas de poder mercantilistas, embriões do capitalismo, da soberania dos governos menos controlados pela igreja e na constituição de novas instituições que colocam o ser humano como foco das dinâmicas políticas e sociais das monarquias europeias.

É no século XVIII que surge o Iluminismo em diferentes regiões da Europa Ocidental, período que cristaliza uma série de movimentos intelectuais e políticos

---

esquecido ou, em contrapartida articulado silenciosamente na episteme ocidental e manifestado de forma gritante para constituir o sistema político moderno-colonial o qual detém-se em criticar.

<sup>3</sup> “[...]By the Renaissance, with increased travels and the emerging humanistic secular framework, the medieval worldview had come to an end. Augustine's unknown "opposite side" of the earth, his ideas about the descent of man, and the conditions of knowledge were disintegrated. By the end of the twelfth century, explorers had indeed "taken ship and traversed the whole wide ocean," and from then on, rather than Scripture and its prophecies as the authoritative sources of knowledge, new sciences of geography and ethnography, grounded upon a new cosmology, assumed this position, including the power to account for the origins and the varieties of the species. Evidence of the new regimes of truth and the processes through which they displaced the old order can be found in numerous familiar and unfamiliar places.[...]" (EZE, 2001, p. 13-14)

cujas periculosidades Mbembe e Gilroy convergem ao tensionar quanto ao seu caráter de universalidade, que globalmente edificou-se a partir da empresa colonial. Há uma preocupação que oscila entre diferentes autores em torno da soberania da razão, que almeja separar um bruto estado de natureza e o estado civil civilizado, ordenado segundo a mais “esclarecida” forma de organização de indivíduos cômicos de seus deveres para com seus governantes, e o governo como articulador principal e agente disto. De todo modo, John Locke como pensador do século XVII e antecessor dos iluministas propriamente ditos, insere-se no contexto de mudanças políticas na Europa tendo por base a ascensão da burguesia e o limiar do liberalismo e desenvolvimento capitalista emergente, desenvolvendo uma teoria política para pensar o governo civil no período moderno.

Ademais, pensadores como Rousseau, Montesquieu, assim como Voltaire, acionam perspectivas similares à Locke, ancoradas na afirmação de que o progresso será possível a partir dos desdobramentos políticos em nome da civilização. Essa certamente é vinculada à noção de Estado Civil e das distinções e ter características e estados de coisas pressupostas como naturais em contraposição as formas avançadas por conta do agenciamento da razão humana. Dessa maneira, concepções filosófico-políticas como “liberdade”, “homem”, “Estado”, “lei”, “direito” e a própria “razão” articulam-se com a propriedade privada, a escravidão, estabelecendo

ordenações, classificações, que ressoam o estatuto de atribuição de superioridade com relação a essas definições.<sup>4</sup>

As concepções em questão, quando caracterizadas consoante suas formas naturais, são determinadas como contextos os quais não houve alteração quanto as maneiras de habitar o mundo que de fato resolveriam os dilemas sociais considerados problemáticos, tais como o conflito, a violência, uma certa rusticidade atribuídas a essas manifestações, comumente taxadas de primitivas.<sup>5</sup> Tanto a liberdade quanto a

---

<sup>4</sup> Observa-se, ao articular com as arguições de Foucault (1987) e (2000), o campo epistêmico do recorte do pensamento europeu iluminista, as cunhagens de diferença e similitude e o estabelecimento de seus objetos de conhecimento consoantes essas operações bem como a presença do discurso da natureza e suas formas de classificações, especialmente o par natural/civil e seus derivados, que respaldam uma ordem e caráter de relações. Isso verifica-se em seu sistema político e embasamento filosófico, está respaldado na cunhagem da filosofia da natureza o qual busca cindir e definir o que é a Natureza e seus atributos primordiais. Esses são descritos como formas primitivas de manifestação de criação, convívio e relações humanas, políticas, sociais e culturais e a Civilidade, tendo como marco a emergência das concepções de Estado civil, Razão Civil, Liberdade civil, Direito civil, e Lei civil em detrimento das formas naturais, como Estado Natural, Liberdade Natural, Direito Natural, Lei Natural, especialmente articulado por John Locke (2008) e demais iluministas. Dessa forma, a exemplo do que o autor inglês articula, as formas naturais não suportariam nortear o transcurso da humanidade para uma sociedade harmônica e que de fato seja justa, pois considera aquilo que é natural como descontrolado dos atos que os levariam a violência, ao caos social, a arbitrariedade de direito quanto a terra, posses, organização de poderes sociais e mecanismos de regimento interno, portanto não eficazes eficaz para tal. Assim, as formas civis seriam a maneira correta, a luz de seu liberalismo, de possibilitar uma existência sagaz aos seres humanos tanto no sentido jurídico, quanto no sentido teológico, seguindo de suas definições de propriedade privada e da escravidão como alternativas admitidas por meio da gestão jurídica e suas regras de funcionamento que as legitimam, visto que considera o agenciamento humano conduzido por esta razão civil passível de desenvolver-se com os critérios que se seguiram.

<sup>5</sup> [...]Esta lei que, imprimindo em nós a ideia de que o criador, nos leva em sua direção, é a primeira das leis naturais por sua importância, mas não na ordem destas leis. O homem no estado de natureza teria mais a faculdade de conhecer do que de conhecimentos. Está claro que suas primeiras ideias não seriam especulativas: pensaria na conservação do seu ser, antes de buscar a origem desse ser. Tal homem sentiria no início apenas fraqueza; sua timidez seria extrema: e, se precisássemos sobre este

igualdade, nomeadas dessa forma, implicam em uma ausência de regime de controle sistemático frente as ações de cada pessoa, o que se pressupunha como direito a violência e limitações morais, tecnológicas, intelectuais. Portanto, a transição do estado de natureza, que nesta perspectiva implica na ausência de uma organização que propicie segurança, felicidade, garantia de propriedade , para a sociedade civil, significam um efetiva avanço humano.<sup>6</sup>

De tal maneira, a constituição de um corpo político único que permite a organização social a ser regida e ordenada pela imposição de leis civis, assim como sua aplicabilidade diante de crimes e desvios, dentro de um critério de “bem público” e a própria criação destas por indivíduos magistrados, elencados como capazes para projetá-las e executá-las sem desvios em autobenefício. O advento da propriedade privada implica num rompimento com “o caos da natureza humana” conflituosa, e tida como pouco inteligente, para a organização intermediada pelo trabalho e, por conseguinte, pela indústria, já em voga no período em questão, calcados no avanço

---

caso de alguma experiência, foram encontrados nas florestas homens selvagens, tudo os faz tremer, tudo os faz fugir[...] (MONTESQUIEU, 2001, p. 14)

<sup>6</sup>[...]Não se pode perguntar qual é a fonte da desigualdade natural, porque a resposta se encontraria enunciada na simples definição da palavra. Ainda menos se pode procurar se haveria alguma ligação essencial entre as duas desigualdades, pois isso equivaleria a perguntar, por outras palavras, se aqueles que mandam valem necessariamente mais do que os que obedecem, e se a força do corpo e do espírito, a sabedoria ou a virtude, se encontram sempre nos mesmos indivíduos em proporção do poder ou da riqueza: questão talvez boa para ser agitada entre escravos ouvidos por seus senhores, mas que não convém a homens razoáveis e livres, que buscam a verdade. De que, pois, se trata precisamente neste discurso? De marcar no progresso das coisas o momento em que, sucedendo o direito à violência, a natureza foi submetida à lei; explicar por que encadeamento de prodígios o forte pode resolver-se a servir o fraco, e o povo a procurar um repouso em idéia pelo preço de uma felicidade real.[...] (ROUSSEAU, 2001, p.12-13)

e acúmulo primário de “riquezas”. A escravidão, de certa forma, oscila entre juízos que condenam e os que legitimam como prática de conquista e intento civilizacional por si só. Nesse intermédio, argumentos acerca da presença europeia nas Américas e no convívio com o tráfico transatlântico de escravos africanos reverbera em comentários, que de imediato, estabelecem nexos entre a categorização dos ameríndios e africanos como retratos do “homem selvagem”.

Indubitavelmente, Mbembe (2017, p. 42), em referência a esses pensamentos e movimentos políticos, demarca que no século XVII articulou-se politicamente noções de raça que proporcionaram mecanismos de diferenciações deste tipo, indicando o contexto americano e a escravização sistemática de africanos no continente. Formulou-se, em sua perspectiva, um dispositivo judiciário e um código de escravatura os quais os ameríndios e os escravos negros assim denominados como seres a parte, homens que não são como todos os outros, sistema esse que articula os discursos explanados. Consequentemente, essa configuração originou políticas que constituíram a plantation como fundamento de implementação do capitalismo, ligado profundamente a empresa colonial. Ainda que tais autores defendam a soberania em nome das luzes do pensamento racional como aquele que possibilita tudo saber, dizer e até mesmo fazer em decorrência de uma sistematização tecnológica e do conhecimento como constatação de forças e progressões, Mbembe aponta a fissura de tal empreendimento que de forma alguma possibilita pensar em

termos universais sobre igualdade, liberdade, racionalidade, justiça, à medida que há o que denomina como destituição cívica, exclusão de privilégios e direitos.<sup>7</sup>

O autor observa que as tendências ao estudo da natureza e dos seres incorreu de fato em um alargamento do horizonte europeu que, entretanto, é concomitante ao controle de sua imaginação cultural e histórica.<sup>8</sup> Efetivamente, tal controle parte da ambição em alcançar a verdade e objetividade das coisas, consoante as preocupações com o método para comprová-las, a matematização das explicações. Segue-se ao ordenamento de catálogos com o intuito de melhor definir o que se diz sobre a realidade e que não se dissociou de um processo de efabulação, presentes tanto na Alta Idade Média quanto às próprias “Luzes”. A formatação do Negro como escravo africano configurou-se nesse contexto, tornando-se sinônimo de mercado e bem móvel em decorrência do tráfico, o qual figura como força de trabalho mecânico e braçal. Porquanto, adquire o estatuto de corpo-objeto, desprovido da propriedade

---

<sup>7</sup> De tal maneira, observa-se que a dimensão de universalidade para os “Direitos do Homem” e seus atributos para uma sociedade civil, como argumentados por diversos pensadores iluministas, não se aplica ao caráter de humanidade dos escravizados. A instituição da escravidão promovida pelo regime colonial acha sua brecha em escritos como de Locke em relação a escravidão do “homem pelo homem” como parte do direito civil que assegura o domínio daqueles lidos como “mais capazes” de conduzir uma sociedade. Além disso, tem-se o acréscimo das definições em torno de liberdade, igualdade, racionalidade também cunhadas por desígnios do que se configura como o elemento de civilidade e, sendo os africanos e escravizados negros categorizados como não humanos o suficiente. Tal afirmativa sustenta-se por estarem mergulhados em suas sociedades originais em um estado “de Natureza incontrolável” e destituída de organização nos critérios já articulados, a destituição cívica a qual Mbembe refere-se, bem como a exclusão do sistema colonial-moderno como um todo justifica-se, consoante os intentos europeus colonizadores.

<sup>8</sup> Explicitar a limitação de entendimento acerca das culturas ameríndias e africanas que a observação de Mbembe proporciona e o diálogo com o que Foucault discorre sobre ordem epistêmica do saber ocidental, sobre o campo enunciativo do qual partem esses intelectuais



de si mesmo e constituiu-se como peça-chave do liberalismo em ascensão (MBEMBE, 2017, p. 42-43).

Nesse ínterim, considerações acerca dos tópicos da raça a partir de um grande expoente desse movimento intelectual, no caso, Immanuel Kant, partem sobretudo de Gilroy, alinhavadas às práticas coloniais de destituição (GILROY, 2007, p. 78). Reconhecidamente, percebe-se a continuidade de elementos e princípios caros ao Iluminismo à medida que para Kant há a unidade transcendental da consciência do homem e dos princípios advindos de seu idealismo metafísico para a sociedade civilizada. Acrescenta-se uma perspectiva histórica cujo fio condutor é traçado a partir da ascensão das nações como realização natural, tendo em vista a indução da Natureza para isso. Novamente, postulações acerca do instinto e sua ultrapassagem são indicativos de estágios de conhecimento e aprendizagens humanas, interpeladas pelo que denomina como sociabilidade insociável.<sup>9</sup> Essa como condicionamento para ocorrer tais processos, visto que surgem subsequentemente os talentos, o gosto e totalidade moral, cuja historicidade revela um plano oculto da Natureza.

Enfaticamente, Gilroy contesta essas colocações os quais denotam em sua visão os aspectos referentes a racialização, que conforma as disposições de pertença e não-pertença. De tal forma, presume-se características associadas a caráter,

---

<sup>9</sup> “[...]O meio de que a natureza se serve para obter o desenvolvimento de todas as suas disposições é o antagonismo destas na sociedade, na medida em que ele se torna, finalmente, causa de uma ordem legal das mesmas disposições. Entendo aqui por antagonismo a sociabilidade insociável dos homens, isto é, a sua tendência para entrar em sociedade [...]” (KANT, 2006, p.7). Observe-se os elementos da filosofia da história de Kant e o particularismo nacional das agências humanas e da classificação dessas agências a partir de critérios em contraposição daquelas que não preenchem os requisitos das figuras de similaridade civilizatória os quais tece.

temperamento, talento, impressos em corpos humanos definidos segundo tal ideia de Natureza e configurada como linhas nacionais. Na obra *Entre Campos*, o autor expõe passagens de escritos do referido idealista alemão, cujas afirmações sustentadas sobre os Negros os deslocam da linha comum de igualdade humana.<sup>10</sup> Atribui-se, nesse sentido, um estatuto de animalidade, debilidade intelectual justapostos aos marcadores físicos que aglutinam deficiências morais à medida que as dimensões corpo e mente são combinadas com as de cor e capacidade. Há, portanto, no âmago do pensamento kantiano, a junção de agência e subjetividade, ideais democráticos e mutualidade permeados pela raciologia, em que ocorre a mistura do físico com o metafísico, de uma forma de ilustração com o mito (GILROY, 2007, p.84).

Nesse sentido, o afro-britânico contrasta os pressupostos da ética e mutualidade kantianos com sua aplicação de ambição universalizante, que postulam regras de conduta, moral e cívica dentro de certos limites consoante o estatuto de nacionalidade. Essas assinalam pessoas não reconhecidas dentro dos parâmetros estabelecidos para tal, especialmente no que tange à manutenção de segurança, dos direitos e procedimentos jurídicos. Logo, colocando-as em contextos excepcionais de cultura, raça e nação os quais propiciam uma lógica de interconexão uma vez que a

---

<sup>10</sup>“[...] Ele não declarou que os negros haviam sido destituídos de toda humanidade. Ele lhes conferiu uma relutante filiação à família humana, colocando-os nas posições mais ínfimas dentro de uma espécie única e nominalmente inclusive, estratificada pelas operações da lei natural contra a assimilação racial. As suas ideias raciológicas misturam o físico e o metafísico num poderoso e elaborado argumento que, repousa estranhamente ao lado dos aspectos irresistíveis de seu cosmopolitismo[...]” (GILROY, 2007, p.82); “[...] Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. [...]” (KANT, 2006, p.69). De tal maneira, vê-se de forma nítida as pontuações do autor e a linha argumentativa do referido alemão.

raciologia é intrínseca à administração do Estado e fundida aos intentos do poder colonial (GILROY, 2007, p. 83).

Por conseguinte, com base nessas observações primárias acerca de alguns dos expoentes do pensamento iluminista europeu pode-se observar as nuances raciológicas e periculosidades dos tidos parâmetros universais para o direito e definição de humanidade no geral. Adentrar em elementos como esses é pertinente à medida que se pode constatar com maior precisão o que é problemático nesses pressupostos em contrapartida aos negacionismos e posicionamentos relutantes ao reconhecimento dessas problemáticas. Comumente, as intenções sinceras de reflexão e reconfiguração dos parâmetros que norteiam o conhecimento acadêmico e as próprias conjunturas políticas sociais, não só no Brasil, como Estados Unidos, Europa e por que não dizer todo o Mundo, esbarram em resistências que invocam tradições como essas e até mesmo faces mais obscuras de recrudescimento de exclusão social. Portanto, passos como esse são importantes para que se construa outros caminhos de sociedade e que se conteste as imbricações de diferentes roupagens para reafirmar princípios de diferença racial e hierarquização de seres humanos.

## Referências

ABRÃO, Bernadette Siqueira. *História da filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BAUMER, Franklin. *O Pensamento Europeu Moderno*. Lisboa: Edições 70, 2004.

EZE, Emmanuel Chukwudi. *Achieving our Humanity: The Idea of Postracial Future*.

New York: Routledge, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária,

1987.

\_\_\_\_\_. *As Palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências*

*humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GILROY, Paul. *Entre Campos: Nações, Culturas e o Fascínio da Raça*. São Paulo:

Anablume, 2007.

MBEMBE, Achille. *A Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2017.

KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. São Paulo:

Iluminuras, 2006.

\_\_\_\_\_. *História de um ponto de vista cosmopolita*. Disponível em: <

[http://www.lusosofia.net/textos/kant\\_ideia\\_de\\_uma\\_historia\\_universal.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/kant_ideia_de_uma_historia_universal.pdf)>. Acesso

em 15 de mai. de 2021.

\_\_\_\_\_. *Observações sobre o belo e o sublime: ensaio sobre as doenças*

*mentais*. Lisboa: Edições 70, 2012.

LOCKE, John. *Segundo Tratado do Governo Civil*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MONTESQUIEU, C. L. *Espírito das Leis*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre esta questão proposta pela Academia*

*de Dijon: Qual é a origem da desigualdade entre os homens, e se é autorizada pela*

*Lei Natural*. Disponível em <

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action&co\\_o](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_o)

[bra=2284](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_o)>. Acesso em: 25. de mai. de 2021.

\_\_\_\_\_. *Do Contrato Social*. Disponível em: <  
[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2244](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2244)>. Acesso em: 20 de jun. de 2021

## O que deve ser lembrado no presente e no futuro? Análise dos acervos digitais de instituições públicas sobre a Assembleia Nacional Constituinte e a Constituição de 1988

What must be remembered in the present and in the future? Analysis of digital collections of public institutions on the National Constituent Assembly and the 1988 Constitution

Cibele da Silva Andrade<sup>1</sup>

Este artigo apresenta a análise dos desígnios que resultaram na produção de acervos sobre a Assembleia Nacional Constituinte e a Constituição de 1988, documentos que estão disponibilizados em plataformas online do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. De maneira mais estrita, problematizamos os conjuntos de arquivos que tiveram no centro de suas narrativas a participação popular na construção da Constituinte. Para identificar enquadramentos de memória criados a partir destes acervos aplicamos o conceito de memória oficial a partir das considerações de Michael Pollak (1989); para estabelecer uma compreensão sobre a participação popular através do campo político, trabalhamos com os estudos sobre opinião pública de Jean Jacque Becker (2003). As fontes selecionadas foram acervos digitais online disponíveis em sites governamentais, onde foram depositados diferentes documentos, entre eles vídeos, fotografias, formulários e jornais a respeito da Constituinte de 1987 e 1988.

Ao investigarmos as cartas-formulário recolhidas por meio do projeto Diga Gente- Projeto Constituição, transcritas no banco de dados Sistema de Apoio Informático à

---

<sup>1</sup> Mestranda pela Universidade Federal do Piauí. Contato: cibelesluc@gmail.com

Constituinte (SAIC), nos chamou atenção a quantidade de arquivos a respeito da Assembleia Nacional Constituinte disponíveis em sites governamentais, que teve seus trabalhos realizados entre 01 de fevereiro de 1987 e 22 de julho de 1988. Para além das plataformas digitais, comemorações de aniversário da Constituição Federal de 1988 tiveram como temática a participação popular na Assembleia Nacional Constituinte. Segundo Jacques Le Goff (1990), com o desenvolvimento da escrita a “memória coletiva” adquiriu novas configurações: “ [...] o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável” (LE GOFF, 1990, p. 431). As formas de comemoração, influenciadas pelas sociedades e acontecimentos, são fenômenos históricos, que apresentam variações ao longo do tempo: “A comemoração apropria-se de novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se” (LE GOFF, 1990, p. 464). Os propósitos que levam as sociedades a realizarem determinados tipos de comemoração têm uma circunstância em comum, são festas a serviço da memória (LE GOFF, 1990), maneiras de perenizar a lembrança, em contraponto ao desgaste causado pelo tempo. No aniversário de 20 anos da Constituição Federal, em 2008, o Museu da República lançou a exposição intitulada: “Constituição de 1988: a voz e a letra do cidadão/Cidadania em debate”, projeto coordenado pela historiadora Maria Helena Versiani.

As comemorações e os arquivos concernentes à presença popular na constituinte podem passar despercebidas, mas, ao analisar o conteúdo desses arquivos

concluimos que a pergunta a ser feita não deve ser normalizadora: porque (o estado, o governo, um grupo) não preservaria esses documentos? Uma indagação mais vale quando não pressupõe que sua resposta seja óbvia. Por isso, a pergunta que tentamos responder neste artigo foi: Quais os motivos que a preservaram esses documentos e quais suas consequências?

Buscamos problematizar os enquadramentos de memória em que o tema da participação popular foi utilizado como fio condutor das narrativas sobre a constituinte. Acreditamos que esta abordagem também contribua para a divulgação destes acervos, tanto aos historiadores, que podem usar os documentos como fontes de pesquisa, quanto para o público em geral, que poderá acessá-los através dos links informados. Primordialmente, abordamos as relações entre História e Internet, uma vez que tivemos acesso aos acervos analisados por meio de plataformas digitais online. Em seguida, abordamos as associações estabelecidas durante o processo de criação de acervos históricos.

Por fim, analisamos os desígnios que resultaram na produção de estratégia de memória a respeito da Assembleia Nacional Constituinte e da Constituição de 1988, disponibilizados em plataformas online do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, em especial os conjuntos de arquivos que abordam a participação popular. Para isto, dialogamos principalmente com noções de memória desenvolvidas por Michael Pollak (1989) e com as considerações sobre a opinião pública formuladas por Jean Jacques Becker (2003) e Pierre Bourdieu (1987). Enfim, buscamos compreender as relações que geraram a construção de arquivos históricos e



estratégias de memória baseadas na participação popular na constituinte. O conjunto de documentos que representam os diversos grupos e formas de participação também foram utilizados para estender credibilidade às ações e aos atores institucionais, principalmente aos políticos que fizeram oposição à ditadura militar e que se empenharam nas negociações da transição nos bastidores políticos do país.

As diretrizes de memória criadas a partir dos eventos e ações relativos à Assembleia Nacional Constituinte configuraram a preocupação em demarcar um afastamento das estruturas regulamentadoras construídas durante os governos militares, nesse sentido, também serviu para reestabelecer a fronteira social democrática, reforçar a legitimidade do processo de transição, assim como para tentar garantir que no futuro ameaças ao sistema político da democracia representativa fossem isoladas e combatidas.

As ações que ocorreram no processo de construção da Constituição de 1988 se tornaram registros, mas foram pensados principalmente como partes potenciais de um acervo, o que lhes confere caráter especial. O registro é um ato burocrático, inerente aos procedimentos de caráter institucional, governamentais e parlamentares. Atas de reuniões, vídeos, relatórios da administração pública são formas de prestar esclarecimentos à sociedade acerca do que foi realizado, mas ao falarmos de acervo compreendemos que determinado conjunto de documentos ou coisas, constituem um patrimônio particular, coletivo e até nacional.

A preservação de documentos, e mais especificadamente os que tratam da participação popular no contexto de construção da Constituição de 1988 fez parte de

um projeto político que moldou suas “estratégias de memória”. Sugestões da população, registros de participação da população em plenários, interessaram a esse enquadramento menos pelo conteúdo, do que pelo fato de sua própria existência, posta como a representação da abertura do estado autoritário brasileiro à democracia, e assim pontuaram suas dissensões com os governos da ditadura militar.

### Referências

BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Orgs.) *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MONCLAIRE, Stéphane (Org.). *A Constituição desejada: SAIC: as 72. 719 sugestões enviadas pelos cidadãos brasileiros à Assembléia Nacional Constituinte*. Brasília: Senado Federal, centro gráfico, 1991.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. História e internet: conexões possíveis. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n.12, p. 23 - 53, mai./ago. 2014.

PEREGRINO, Miriane da Costa. SPHAN/Pró-Memória:abertura política e novos rumos para a preservação do patrimonio nacional. *Confluências culturais*. vol. 1, nº 1 setembro de 2012. p. 85-100

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In.: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 99-140.

SEINO, Eduardo; ALGARVE; Giovana; GOBBO; José Carlos. Abertura política e redemocratização brasileira: entre o moderno-conservador e uma "nova sociedade civil". *Araraquara: Sem Aspas*, v. 2, 2013. p. 31-42.

VERSIANI, Maria Helena. *Linguagens da cidadania: os brasileiros escrevem para a constituinte de 1987/1988*. Tese (Doutorado em História, política e bens culturais) – Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro ,2013.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In. RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

## **Absurdo, narrativa e liberdade: investigação da experiência do tempo via hermenêutica ricoeuriana a partir da obra “A Peste” (1947) de Albert Camus.**

Absurdity, narrative and freedom: analysis of the experience of time through Paul Ricoeur’s hermeneutics from the literary work “The Plague” (1947) by Albert Camus.

Cristian Bianchini de Athayde<sup>1</sup>

Mas o que quer dizer isso, a peste? É a vida, nada mais (CAMUS, 2020a, p 285).

Este estudo objetiva investigar a experiência do tempo na obra *A Peste* (1947), de autoria do pensador franco-argelino Albert Camus (1913-1960). Para tanto, a tese hermenêutica em Paul Ricoeur, *Tempo e Narrativa* (1983-1985), serve-nos de guia para compreensão do passado como temporalização da temporalidade mediante produção de sentidos e significados narrativos. O romance aqui analisado, *A Peste* (1947), é a crônica de uma epidemia na cidade de Orã, Argélia, que ocorreu em um ano indeterminado da década de 1940. Dividida em cinco partes, essa obra foi escrita entre os anos de 1942 e 1947. Nesse período, especialmente durante os anos seguintes ao início da Segunda Guerra Mundial e à ocupação do território francês pelos nazistas, Camus participou ativamente da Resistência através do jornal

---

<sup>1</sup> Graduado em História - Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente cursa a graduação em História - Bacharelado na mesma instituição. Contato: cristian.athayde@ufrgs.br.

clandestino Combat!, editando e escrevendo textos engajados na luta contra o nazifascismo<sup>2</sup>.

A partir das experiências recentes relativas à pandemia do COVID-19, podemos compreender esse romance como uma reflexão ímpar sobre as consequências avassaladoras e desestruturantes que um estado de peste evoca socialmente. A peste, ao remontar à presença diária da morte e à finitude e fragilidade do ser humano, redimensiona o comportamento e a ação dos indivíduos em face das (im)possibilidades de viver em tal contexto. Relevante da pertinência histórica desse pensador, conforme ressalta Paiva, Camus se afasta dos demais autores associados à filosofia da existência em razão de que, para ele, “a reflexão manifesta-se em circunstâncias particulares que exigem urgente problematização, mas, simultaneamente, implicam a emergência de questões fundamentais e permanentes, às quais nos conectam à dimensão universal do homem” (2003, p. 157, grifo nosso).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> A sociedade francesa, que durante o entreguerras viu a Terceira República (1870-1940) enfrentar uma “tripla crise do período revolucionário, da depressão econômica e da ameaça alemã”, culminando na ampliação da extrema-direita como reação ao sucesso eleitoral obtido pela esquerda, com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1929-1945) viu a ocupação e divisão do país entre nazistas e os colaboracionistas da República de Vichy (1940-1944) (PAXTON, 2007, p. 121).

<sup>3</sup> Em seu primeiro ensaio, *Le Mythe de Sisyphe* (1942), Camus afirma: “Só existe um problema filosoficamente sério: o suicídio. Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia” (CAMUS, 2020c, p. 17, grifos nossos). Assim, coloca-se um dilema: “como um homem que reconhece o absurdo da vida, que o sabe irremediável, pode continuar a viver?” (PAIVA, 2003, p.161). Com efeito, essa sensibilidade absurda se configura enquanto condição humana vinculada à incontornável finitude, incompletude e fragilidade do sujeito. Para Camus, portanto, ser livre é ser lúcido quanto à vertigem e profundidade do confronto entre indivíduo e mundo: liberdade é lucidez de sua condição e revolta sem renúncia ao absurdo (CAMUS 2020c; CAMUS, 2017). Universal e particular são rotas cruzadas no pensamento desse autor.

É mediante o compromisso em discernir sobre a existência em um contexto crítico que Camus, ao longo de sua produção intelectual, situa a obra aqui tratada. A Peste, também podendo ser lida enquanto metáfora da experiência dos regimes totalitários e da guerra que dominou a Europa - especialmente a Ocupação e Resistência francesa -, dialoga diretamente com a leitura de Hannah Arendt, *Origens do Totalitarismo* (1951), ao tratar, a seu modo e ampliando o escopo de seu significado, da suspensão da ação e liberdade humana ao delinear uma atmosfera pestilenta com pretensões de domínio total<sup>4</sup>. No romance, as consequências deste contexto são representadas pela asfixia, exílio e sofrimento moral que atormentam os sujeitos.<sup>5</sup>

Neste contexto sócio-político, precedendo-o e somando-se a ele, transformações no campo do pensamento filosófico marcaram época. Em pauta estava o tratamento a

---

<sup>4</sup> Ao abordarmos a experiência histórica dos regimes totalitários, via Arendt, estamos lidando com um fenômeno que, para além de efeitos estruturais evidentes nas sociedades que sofreram seu impacto direto ou indireto, penetra no âmago da existência individual. Nos interessa reter o seguinte dos apontamentos arendtianos: que durante a vigência dos regimes totalitários, houve a inédita pretensão de congelamento da ação e experiência humana pelo domínio total. Sobre isso, a autora salienta: “Em meus estudos do totalitarismo, tentei mostrar que o fenômeno total, com seus berrantes traços anti-utilitários e seu extremo menosprezo pela facticidade, se baseia, em última análise, na convicção de que tudo é possível (...) Os sistemas totalitários tendem a demonstrar que a ação pode ser baseada sobre qualquer hipótese e que, no curso da ação coerentemente guiada, a hipótese particular se tornará verdadeira, se tornará realidade factual concreta. A hipótese que subjaz à ação corrente pode ser tão louca quanto se queira; ela sempre terminará por produzir fatos que são objetivamente verdadeiros. (...) [logo] o axioma do qual partiu a dedução (...) não necessita sequer se harmonizar com os fatos dados no mundo objetivo no momento em que a ação começa; o processo da ação, se for coerente [organizado, leia-se suspenso], passará a criar um mundo no qual as hipóteses se tornam axiomáticas e autoevidentes” (ARENDR, 2016, p. 123-124, grifos nossos).

<sup>5</sup> “Quero exprimir por meio da peste a asfixia de que todos sofremos e a atmosfera de ameaça e de exílio em que vivemos. Quero do mesmo passo alargar esta interpretação à noção de existência em geral. A peste dará a imagem daqueles que nesta guerra tiveram a sua parte de reflexões, de silêncio - e a peste do sofrimento moral” (CAMUS, Caderno Nº 4, Primeiros Cadernos, p. 249, grifos nossos).

questões existenciais atualizadas pela contemporaneidade ocidental: contingência, absurdo, liberdade e angústia são temas e categorias existenciais que ilustram toda uma geração de intelectuais, sobretudo franceses, ao longo das décadas de 30 e 40. Filosofia da existência é a expressão de certo clima de pensamento de uma época (COLETTE, 2013). Essas paisagens do pensamento filosófico procedem à tematização do sujeito frente a falta de justificação e sentido da vida - e isso estimulado por um contexto no qual o sofrimento, ódio e violência, assalto à liberdade e à vida, conduzem à angústia e inquietação do indivíduo contemporâneo. (PAIVA, 2003, p. 154)<sup>6</sup>. Encarnando em suas obras as profundas tensões e contradições daquela época, Sartre<sup>7</sup> e Camus ganharam notoriedade pública no ambiente francês, sobretudo parisiense (DOSSE, 2018)

---

<sup>6</sup> Foi Søren Kierkegaard (1813 - 1855), filósofo, teólogo, poeta e crítico social dinamarquês, considerado a primeira grande expressão da filosofia da existência, quem trouxe uma extensão incontornável e incomparável a essa tradição de pensamento, sobretudo pela historicização do conceito de existência a partir do enfoque na subjetividade do sujeito - subjetividade que se expressa a partir dos desdobramentos da existência do indivíduo no mundo. Com Kierkegaard temos, portanto, a experiência irreduzível do absurdo e o aspecto trágico da experiência humana como pontos primordiais - leia-se, constitutivos da condição humana (PENHA, 2002, p. 16).

<sup>7</sup> Jean-Paul Sartre (1905-1980) foi um dos mais influentes intelectuais franceses do século passado. Pretendeu a construção de uma ética fundamentada em uma noção radical de liberdade. Ao conceber a realidade humana na qualidade de uma contingência privilegiada em relação aos demais fenômenos, compreende a interação entre consciência e mundo como uma correlação baseada em um esquema ontológico com implicações de responsabilidade histórica. Ao transitar de uma noção ontológica de liberdade à afirmação dessa no mundo, aquele autor estabelece as bases de seu projeto ético-político mediante a ideia de engajamento (SILVA, 2020). A ideia de liberdade em Sartre é exigente, justamente porque é sempre superação, é sempre transcendência, é sempre algo que depende de nós mesmos. O existencialismo é um humanismo pelo fato de que afirma que “a única esperança está em sua ação [dos sujeitos] e que só o ato permite o homem viver”, sendo necessária uma moral da ação e do engajamento (SARTRE, 1970, p. 12).

Agora, para compreendermos as divergências de Camus e Sartre, antes de as ilustrarmos indiretamente via análise do romance, cabem alguns apontamentos. Conforme Silva (2020) ressalta, não obstante a cisão entre os intelectuais ter sido levada a cabo a partir de 1952 - com a publicação, por Camus, de *L'homme Révolté* -, rastreamos suas diferenças de abordagem desde os primeiros escritos. Se Sartre derivará da priorização da contingência e sua noção de engajamento um compromisso fundamental com a liberdade que, enquanto consciência e projeto (para-si), é fundamento ontológico e histórico, exigindo o posicionamento político, para esse autor, em uma conjuntura de Guerra-Fria, seu pragmatismo ideológico e proximidade ao marxismo vê o apoio ao regime soviético e sua herança totalitária como uma opção no combate ao capitalismo (BENOÎT, 2002). Para Camus, é “somente pela manutenção da tensão primordial, propriamente carnal entre indivíduo e mundo que a afirmação da vida e o engajamento são possíveis” (SILVA, 2020, p. 118, grifo nosso; LEOPOLDO E SILVA, 2000). À definição de sujeito enquanto liberdade, a essa filosofia do sujeito sartreana, Camus chamará suicídio filosófico, pois busca uma nostalgia por unidade no plano da história.<sup>8</sup>

Inserido naquela categoria de autores “convencidos do potencial reflexivo da aparência sensível, a saber, os romancistas filósofos” – como Dostoievski, Proust,

---

<sup>8</sup> Com efeito, podemos destacar que o pensamento de Camus respeita uma “[...] ontología [que] se inspira en los precursores de lo absurdo, pero señala respecto de ellos una diferencia sustancial, a saber, que la rebelión no es una respuesta a lo absurdo, sino el absurdo mismo experimentado como peste colectiva. En tal sentido, la rebelión camusiana, al no ser respuesta a lo absurdo sino el absurdo mismo, se manifiesta como libertad puesta al servicio de la creación y no de la historia [como o é na perspectiva sartreana]” (ORTEGA, 2010, p. 45, grifos nossos).



Kafka e Balzac -, Camus configura uma simbiose entre imagem e reflexão (BONADIO, 2018, p. 85). Veremos na experiência do tempo em *A Peste* a filosofia camusiana posta em imagens, configurando narrativamente o absurdo e a revolta humana.

A literatura neste estudo é compreendida como um potente lugar de reflexão sobre o funcionamento da vida<sup>9</sup>. Assim, para analisar a obra *A Peste*, buscamos compreendê-la a partir da categoria tempo ficcional. Nesse sentido, nos sentimos estimulados pela pergunta de Benedito Nunes: “Mas não será essa empresa, a tematização do tempo, uma decorrência das potencialidades da narrativa ficcional para reconfigurar o mundo real no mundo da obra, que desvenda aspectos comumente desapercibidos de nossa experiência, inclusive e principalmente temporais?” (1995, p. 73, grifo nosso). Ou seja, e transpondo para o foco de nossa análise, a forma literária por meio da qual Camus compôs *A Peste* não seria objeto propício para formular uma compreensão, enquanto historiador, desses aspectos da experiência do tempo vivida na conturbada e repleta de incertezas época de sua elaboração?

Primeiro, cabe lembrar que a hermenêutica em Ricoeur tem sua área de abrangência alargada em relação à tradição vigente nesse campo. Em suma, compreende uma articulação entre o “discurso como acontecimento, a sua fixação no texto e os seus respectivos sentidos”, sendo o enfoque dado à dialética entre o acontecimento da linguagem e seu horizonte de possibilidades de atribuição e geração de significados (TAVARES, 2018, p. 49). Com destaque, atentamos para o fato de que

---

<sup>9</sup> Conforme mencionado, a abordagem adotada neste trabalho é tributária da hermenêutica de Paul Ricoeur, assumindo o texto como figuração imaginativa da experiência social.

essas significações do discurso, porque relativas às variadas (re)interpretações que um texto narrativo pode ter, ultrapassam os próprios acontecimentos experienciados que são objetos de agenciamento na tessitura da intriga. Como Ricoeur destaca: “se todo discurso é um acontecimento, tudo é compreendido como significação” (1976, p. 23).

Ademais, três pressuposições governam sua tese hermenêutica. A primeira dispõe que a unificação pelo conceito “narrativa” de textos de regimes díspares se dá através do conceito de intriga (agenciamento dos fatos em uma história: enredo). A intriga realiza a mediação entre os eventos isolados e a história como um todo. A segunda, destaca ser de responsabilidade da hermenêutica analisar o texto, ou seja, o que é interpretado é o mundo projetado pelo autor: o mundo da obra (RICOEUR, 1982). Finalmente, o caráter temporal da experiência humana é o ponto crucial de toda pretensão referencial de uma obra. Em resumo: uma vez que existir é ser em situação, seria reiterada a dialética existente entre a experiência do vivido e aquilo que é concebido como explicação e compreensão desse vivido, ambas atravessadas pelo tempo e inteligíveis através da narrativa (RICOEUR, 1982)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> A operação de tecer uma intriga tem sua função mimética de representação da ação desdobrada triplamente. Assim, mimese I (prefiguração do campo prático), mimese II (configuração textual) e mimese III (refiguração pela leitura) são os componentes analíticos que estruturam a mediação entre tempo e narrativa. Sendo a tessitura da intriga, enquanto configuração textual, o elemento corporificante do processo mimético, porque estabelece a linguagem como discurso, é nela que observamos a experiência do tempo tornada possível pela narrativa, experiência temporal essa manifestada pelo mundo da obra literária. Assim, como Ricoeur afirma: “Um mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal” (RICOEUR, 1994, p. 15, t. I). Aqui, Koselleck nos aparece como complemento a Ricoeur quando comenta que: “Sem uma referência temporal, qualquer compreensão permanece muda. A compreensão - seja de um texto ou, no sentido ontológico, entendida como projeto existencial humano da busca de sentido - está fundamentalmente vinculada ao tempo, não apenas às circunstâncias ou ao espírito da época (...) O tempo não é apenas uma sucessão de dados ônticos; ele

Ressaltamos, de acordo com Mendes (2018, p. 30, grifos do autor), o núcleo onto-epistemológico pretendido com esse trabalho: “A filosofia da existência pode nos ajudar a perceber que o passado é mais do que um objeto de estudo, mas a força existencial da temporalização da temporalidade (HEIDEGGER, 2012, DE CARVALHO, 2017)”<sup>11</sup>. Inserido na tradição de pensamento existencial, Camus parece nos servir como um interlocutor privilegiado para compreensão historiadora com ênfase na dimensão existencial do passado histórico.

Neste romance, cuja narrativa é desenvolvida a partir da centralidade de nosso narrador-protagonista, o médico Bernard Rieux - voz narrativa e autor fictício do discurso -, nosso argumento afirma que o desenvolvimento do desencontro entre mundo e sujeito é dado pelo contraste entre o tempo da peste e o tempo da revolta: desse embate, surge a experiência do tempo na obra. O primeiro evidencia as experiências que provocam a aceitação, convivência e compreensão da peste enquanto realidade absurda de fato; o segundo, busca expressar condutas em face a

---

se completa na produção daquele que, pela compreensão, toma consciência de seu tempo, reunindo em si todas as dimensões temporais e, por conseguinte, esgotando [ou dilatando] a própria experiência" (2014, p. 91, grifo nosso).

<sup>11</sup> Assim, constatamos que, através das narrativas, potencializamos a experiência de ser humano a partir das dimensões de reconhecimento e da construção de formas de agir no mundo. A narrativa humaniza o tempo e a tripla mimese dispõe sobre a faculdade humana de imaginar e representar o mundo. Estamos de acordo com o autor quando destaca: “que, para mim, o mundo é o conjunto das referências abertas por todos os tipos de textos descritivos ou poéticos que li, interpretei e amei. Compreender esses textos é intercalar entre os predicados de nossa situação todos os significados que, de um simples ambiente, fazem um mundo. É, com efeito, às obras de ficção que devemos, em grande parte, a ampliação de nosso horizonte de existência" (RICOEUR, 1994, p. 122-123, t. I, grifos nossos).

uma realidade absurda elevada ao nível extremo de uma peste que é coletiva – tornando-se, as condutas mesmas, coletivas.<sup>12</sup>

Assim, sabemos que tempo da peste e tempo da revolta justapõem-se a uma mesma experiência do tempo absurda. Tempo da peste e tempo da revolta são confronto, sendo que esse último "nasce do espetáculo da desrazão diante de uma condição injusta e incompreensível" (CAMUS, 2017, p. 19). Esse tempo da revolta tem sua dianteira tomada pelo narrador-protagonista, visto que o mesmo "reinvindica a ordem no meio do caos e a unidade no próprio seio daquilo que foge e desaparece" (CAMUS, 2017, p. 19).

Bernard Rieux expressa o ponto de vista fulcral deste romance-crônica, situando a obra camusiana enquanto movimento de transição entre absurdo e revolta. Conforme destaca Camus, A Peste é "a equivalência profunda dos pontos de vista individuais em face do mesmo absurdo" (CAMUS apud OLIVEIRA, 2019, p. 85, grifos nossos). O mesmo absurdo: a peste. A equivalência profunda: representada mimeticamente pelo relato singular-coletivo do narrador-protagonista. Como destaca Bernard Rieux, "não devemos agir como se metade da cidade não corresse o risco de morrer, porque senão ela morrerá de fato" (CAMUS, 2020a, p. 53). O termo "peste" aparece na narrativa como um momento de consciência lúcida quanto à situação, mas apesar da palavra, "não é uma questão de vocabulário, é uma questão de tempo" (CAMUS, 2020a, p. 53).

---

<sup>12</sup> Sobre a obra A Peste, trata-se de um romance-crônica que, aproximando narrativamente literatura e jornalismo, é escrito em terceira pessoa por um narrador-protagonista que busca conferir um certo grau de objetividade ao relato através da plausibilidade e verossimilhança reivindicadas por este tipo narrativo. O núcleo da intriga consiste, desde o primeiro capítulo, na progressiva ascensão do tempo da peste sobre a cidade e nas repercussões que o estado epidêmico evoca ao cenário.

As reflexões do narrador-protagonista anunciam que, agora, tempo da peste é tempo do exílio, tomado então como percepção geral da cidade e seus personagens. Assim: “a partir desse momento, pode-se dizer que a peste se tornou um problema comum a todos nós” (CAMUS, 2020a, p. 67). O exílio, neste romance-crônica, é alegoria do sentimento de absurdo experienciado individual e coletivamente, ativa temporalidades:

Assim, a primeira coisa que a peste trouxe aos nossos concidadãos foi o exílio. E o narrador está convencido de que pode escrever aqui, em nome de todos, o que ele próprio sentiu então, já que sentiu ao mesmo tempo que muitos dos nossos concidadãos. Sim, era realmente o sentimento do exílio esse vazio que trazíamos constantemente em nós, essa emoção precisa, o desejo irracional de voltar atrás ou, pelo contrário, de acelerar a marcha do tempo, essas flechas ardentes da memória. Se algumas vezes dávamos asas à imaginação e nos comprazíamos em esperar pelo toque da campainha que anuncia o regresso, ou pelos passos familiares na escada; se, nesses momentos, consentíamos em esquecer que os trens estavam imobilizados; se nos organizávamos para ficar em casa à hora em que normalmente um viajante podia ser trazido pelo expresso da tarde até o nosso bairro, esses jogos, obviamente, podiam durar. Chegava sempre um momento em que nos dávamos conta claramente de que os trens não chegavam. Sabíamos, então, que a nossa separação estava destinada a durar e que devíamos tentar entender-nos com o tempo. A partir de então, reintegrávamo-nos, afinal, à nossa condição de prisioneiros, estávamos reduzidos ao nosso passado e, ainda que alguém fosse tentado a viver no futuro, logo renunciava, ao experimentar as feridas que a imaginação finalmente inflige aos que nela confiam (CAMUS, 2020a, p. 71, grifos nossos).

Isolados, feito prisioneiros, os moradores da cidade enfrentam uma separação que "toca cada um ao se deparar com seu próprio exílio, o exílio de si mesmo" (LAMEIRINHA, 2006, p. 30). Esse exílio de si mesmo, compreendido como supressão da possibilidade de existir tal como se vinha vivendo até então, ressalta “a súbita separação em que foram colocados seres que não estavam preparados para isso”

(CAMUS, 2020a, p. 67). Seus sentimentos passavam por uma metamorfose e o tempo presente, tempo da peste, aparecia como flagelo absurdo que cerceava mesmo a lembrança e a imaginação, fazendo aparecer o presente febril da peste:

Neste momento, o desmoronar da coragem, da vontade e da paciência era tão brusco que lhes parecia que não poderiam jamais sair desse precipício. Então, restringiam-se a não pensar mais na libertação, a não se voltar para o futuro e a manter sempre, por assim dizer, os olhos baixos. Mas, naturalmente, essa prudência, essa maneira de enganar a dor, de fechar a guarda para recusar o combate, eram mal recompensadas. Ao mesmo tempo que evitavam esse desmoronamento que não queriam por preço algum, privavam-se, na verdade, dos momentos bastante frequentes em que podiam esquecer a peste nas imagens de seu futuro reencontro. E assim, enclausurados a meia distância entre esses abismos e esses cumes, mais flutuavam que viviam, abandonados a dias sem rumo e recordações estéreis, sombras errantes, incapazes de se fortalecerem a não ser aceitando enraizar-se na sua própria dor” (CAMUS, 2020a, p. 72, grifos nossos).

Assim, de acordo com nosso narrador-protagonista, experimentava-se “o sofrimento profundo de todos os prisioneiros e de todos os exilados, ou seja, viver com uma memória que não serve para nada” (CAMUS, 2020a, p. 72). Associado ao desespero vinha uma experiência de incompreensão do tempo da peste. Assim, em fins de julho, tornara-se mais evidente para grande parte da população “a ideia, vaga até então, de que estavam condenados, por um crime desconhecido, a uma prisão inimaginável” (CAMUS, 2020a, p. 97). Essa prisão aparece simbolizada figurativamente pelo sol:

Ondas incessantes de calor e de luz inundaram a cidade durante todo o dia. Fora das ruas em arcada e das casas, parecia não haver um único ponto na cidade que não estivesse colocado na reverberação mais ofuscante. O sol perseguia os nossos concidadãos em todas as esquinas e, se eles paravam, atacava-os então. Como esses primeiros calores coincidiram com uma subida

vertiginosa do número de vítimas, que se calculou em cerca de setecentas por semana, apoderou-se da cidade uma espécie de abatimento. Nos subúrbios, nas ruas planas e nas casas com terraços a animação decresceu e, nesse bairro onde toda a gente vivia sempre nas soleiras, todas as portas estavam fechadas e as persianas baixadas, sem que se soubesse se era da peste ou do calor que as pessoas julgavam assim proteger-se. De algumas casas, contudo, saíam gemidos. [...] Mas, depois desses longos alarmes, parecia que o coração de todos tinha endurecido e que caminhavam ou viviam ao lado dos queixumes como se fossem a linguagem natural dos homens (CAMUS, 2020a, p. 107, grifos nossos).

Com isso, chegamos à expressão do horizonte da experiência do tempo absurda na obra. Como bem destaca Oliveira: “lançados em um mundo desarrazoado, transformados pela dor, pelo medo e o desespero, restam-lhes como recurso de salvamento a insurreição, a fraternidade e a assistência mútua” (2019, p. 61). A obra transfigura um dilema que, pendendo ora para as consequências do tempo da peste, ora para a obstinação do tempo da revolta, percorrerá a intriga até o seu final. A Peste representa, em última análise, a condição humana como vertigem e liberdade.<sup>13</sup>

Nesta investigação, consideramos o texto literário como espaço dinâmico para produção de sentidos e significados pela mimese da ação humana. Nessa abordagem fiel à hermenêutica ricoeuriana, a tessitura da intriga é o ponto central da mediação

---

<sup>13</sup> São belas e lúcidas as palavras de Camus, através de Bernard Rieux, ao fechar o romance-crônica: “Mas ele sabia, porém, que esta crônica não podia ser a da vitória definitiva. Podia, apenas, ser o testemunho do que tinha sido necessário realizar e que, sem dúvida, deveriam realizar ainda, contra o terror e a sua arma infatigável [...] Na verdade, ao ouvir os gritos de alegria que vinham da cidade, Rieux lembrava-se de que essa alegria estava sempre ameaçada. Porque ele sabia o que essa multidão eufórica ignorava e se pode ler nos livros: o bacilo da peste não morre nem desaparece nunca, pode ficar dezenas de anos adormecido nos móveis e na roupa, espera pacientemente nos quartos, nos porões, nos baús, nos lenços e na papelada. E sabia, também, que viria talvez o dia em que, para desgraça e ensinamento dos homens, a peste acordaria os seus ratos e os mandaria morrer numa cidade feliz” (CAMUS, 2020a, pp. 286-287, grifos nossos).

entre tempo e narrativa pois apresenta uma forma de inteligibilidade e correlação entre a dimensão temporal e existencial do ser humano. Nossa contribuição com este trabalho pretendeu, através da investigação da experiência do tempo na obra *A Peste* de Albert Camus, ressaltar também a importância da hermenêutica de Paul Ricoeur ao campo do conhecimento histórico. Esse método, enquanto reconstrução de sentidos e inovação semântica, evidencia a polissemia existencial que está presente no cerne do tratamento do texto e suas múltiplas possibilidades de leitura e projeção de experiências temporais.

### Referências

- ARENDDT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BENOÎT, D. *Literatura e Engajamento: de Pascal a Sartre*. Florianópolis: EDUSC, 2001.
- BONADIO, G. B. Imagem, Absurdo e Revolta em Albert Camus. *Artefilosofia*, (24), 82-94, 2018. Disponível em <<https://periodicos.ufop.br/raf/article/view/898>>
- CAMUS, A. *A Peste*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2020a.
- CAMUS, A. *O Estrangeiro*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2020b.
- CAMUS, A. *O Homem Revoltado*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2017.
- CAMUS, A. *O Mito de Sísifo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2020c.
- COLETTE, J. *Existencialismo*. Porto Alegre: RS: L&PM, 2013.
- DOSSE, F. *La saga des intellectuels français, 1944-1968, volume I, À l'épreuve de l'histoire*. Gallimard, La Suite des temps, 2018.
- KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo. Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.



LAMEIRINHA, C. A. O Sentido do Exílio em *La Peste* de Albert Camus. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, SP, 2006.

LEOPOLDO E SILVA, F. Arte, Subjetividade e História em Sartre e Camus. *Revista Olhar*, 2 (3) 2-15, 2000.

MALDONADO ORTEGA, R. D. *Absurdo y rebelión : una lectura de la contemporaneidad en la obra de Camus* (1a reim). Barranquilla: Uninorte, 2010.

MENDES, B. Existencialismo, filosofia da existência e filosofia da história. In: CARVALHO, A; MENDES, B; RAMALHO, W. (Orgs.) *Sete ensaios sobre História e Existência* (1a ed). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

NUNES, B. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

OLIVEIRA, R. *Acontecimento, Linguagem e Resistência em A Peste, de Albert Camus*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe. SE.

PAIVA, R. *Consciência Humana e Absurdidade em Camus*. *Discurso* (33), 2003.

PAXTON, R. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PENHA, J. *O que é existencialismo?* São Paulo, Brasiliense, 2001.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa I*. Campinas, Papirus, 1994.

RICOEUR, P. *Tempo e narrativa II*. Campinas, Papirus, 1995.

RICOEUR, P. *Teoria da interpretação*. Lisboa: Edições 70, 1997.

SARTRE, J-P. *O Existencialismo é um Humanismo*. Paris: Les Éditions Nagel, 1970.

SILVA, F. *Sartre, Camus e o problema do engajamento político*. Porto Alegre, Fi, 2020.

TAVARES, M. Paul Ricoeur e um novo conceito de interpretação: da hermenêutica dos símbolos à hermenêutica do discurso. *Ekstasis*, v. 7, n.1, 34-55, 2018.

## Memórias, esquecimentos, patrimônios: o museu como espaço de aprendizagem da História

Memories, forgetfulness, heritage: the museum as a space for learning history title

Júlio César Virgínio da Costa<sup>1</sup>

### Introdução

[...] Estudar a história não significa saber o que aconteceu e sim ampliar o conhecimento sobre a nossa própria historicidade. Saber que o ser humano é um sendo, campo de possibilidades historicamente condicionado e abertura para mudanças.”

Francisco Régis Lopes Ramos (2004)

Este texto é parte constitutiva de minha pesquisa de doutorado defendida em 2016 na Faculdade de Educação da UFMG e sob a orientação da professora doutora Júnia Sales Pereira. Meu objetivo com este texto é analisar, através de um recorte dos vestígios, as práticas de ensino de História em um museu e na dialogia com a escola. O trabalho se debruça sobre as práxis de duas docentes de escolas distintas de Belo Horizonte e que fizeram elo com a literatura de divulgação científica que prima por uma postura decolonial rompendo com a perspectiva eurocêntrica. Nesse trabalho analisamos como essa práxis mobilizou os conceitos de memória, valorizou o patrimônio nacional.

Também busco analisar, como expõe Francisco Régis Lopes Ramos (2004), que não se trata mais de olharmos apenas para o passado, mas na práxis entre

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da UFMG/Centro Pedagógico (Colégio de Aplicação). Contato: juliocesarhistoria@gmail.com

museu-escola que possamos entender o patrimônio, a memória e os silêncios em outras perspectivas no/do presente.

E nessa trilha investigativa, perceber como essa práxis mobilizou os conceitos de memória, valorizou o patrimônio nacional constante no Museu da Puc-MG e que proporcionou aos educandos vivências que extrapolaram o mero ato de decorar nomes e datas e os possibilitou uma experiência do fazer histórico e arqueológico a partir da visita ao museu.

### **O museu e seus “tesouros”**

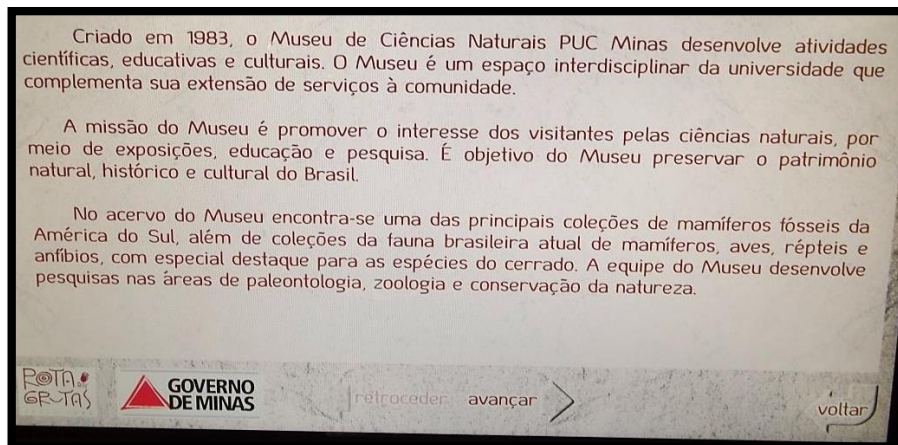
Por que levar seus alunos ao museu? É possível entender e analisar esse espaço de memória – acepção de uma educação museal – e também de esquecimento, para além do mero complemento ou confirmação do que foi visto em aula?

Acredito que possa ser uma experiência/travessia e uma prática pedagógica que também e, não exclusivamente, venha a promover uma educação para a sensibilidade, para uma postura crítica e reflexiva de nossa presença no tempo, ou como nos esclarece Murilo Cisalpino, “nos tempos”, e, como nos afirma e esclarece Pereira (2009), ser uma oportunidade para uma leitura/usufruto do mundo, como afirma também Freire (2009).

Nesse caminho, o primeiro “tesouro” apresentado, logo abaixo, faz parte de um totem interativo que mostra ao público a Rota Lund, projeto que se inicia no Museu e depois vai se deslocando pelas várias grutas onde esse pesquisador desenvolveu suas pesquisas. O totem é um elemento digital que convida o visitante a

ampliar seus conhecimentos sobre o patrimônio e sobre a história e a memória do nosso estado.

### Imagem 1 – Museu da Puc-Minas



Fonte: <https://www.pucminas.br/destaques/Paginas/museu.aspx>. Acesso em 23 de out. 2021

### Imagem 2 – exposição da coleção laborne/Museu da Puc-Minas 2012.



Fonte: acervo do autor. 2012

Já nesta segunda imagem/”tesouro”, temos uma exposição que estava bem na entrada do Museu em 2012 e apresenta uma coleção de pedras/machados pré-históricos de Minas Gerais. Ou seja, logo na entrada, temos um exemplo de como o museu busca apresentar a Pré-história na perspectiva nacional local e decolonial,

pois está demonstrando ao visitante que a história, a memória e o patrimônio ali expostos trata de algo mais próximo do que se imagina. Pois a maior parte das peças vem de regiões próximas a Belo Horizonte.

Essas são alguns dos vários vestígios que encontrei e que as escolas também encontraram em sua visita ao museu. Somados a essa gama de “tesouros”, eles/as também foram ao museu levando as ações realizadas na escola, como a pesquisa sobre o museu, o trabalho com o conceito de Pré-história e, principalmente, com a leitura do livro: Os meninos da Planície.

Imagem 3 – Os meninos da planície/Museu da Puc-Minas



Fonte: acervo do autor. 2012

Aqui percebemos outro elemento/”tesouro” pois os personagens do livro, atualizados com as pesquisas, os apresentam com o fenótipo negroide, o que possibilita uma boa reflexão sobre o ensino da história e uma possível desconstrução do racismo estrutural. Nessa perspectiva de tesouro no museu, selecionei um trecho da entrevista com o diretor, vejamos:

Como nós atendemos doentes mentais, atendemos também adolescentes em situações de risco e uma das visitas com a supervisão do pessoal da psicologia, o orientador, que é a coordenadora do mestrado de psicologia, dirigiu a esse adolescente, estava preocupada porque ele estava desligado do grupo, e ele teve uma expressão muito interessante, ela perguntou o que estava acontecendo. Ele respondeu, estou preocupado, “a vida, ela é muito antiga”. Quer dizer, ele sentiu naquele momento, ouvindo alguém falar em isso tem dez mil anos, tantos mil anos, que a vida que ele contava talvez fosse a partir dele, daí ele começou a se inserir naquela realidade. (Trecho de entrevista com o diretor do museu da PUC Minas, p.3, 2014) (Grifos nossos).

A fala desse jovem também é outra evidência de como a visitação ao museu da Pu-MG promove deslocamentos temporais, não simplesmente ir ao passado como num túnel do tempo. Mas, apresentar-se. De o próprio presente questionar o presente através do passado. Uma apreensão mais complexa da temporalidade se faz presente nesse ambiente educativo (COSTA, 2016, p. 41).

Deslocamento que afetou profundamente o jovem em visitação. Afetou tanto que o fez parar a atividade e se assentar. Que o fez afirmar que estava ali pensando e preocupado. Ele não estava apenas encantado pelo museu, ele parece também estar impactado pela experiência e as relações que estabeleceu naquele ambiente de aprendizagens, especialmente em relação às questões da temporalidade. Parece-me um exercício reflexivo de encantamento-impacto-deslocamento-reflexão no encontro com o patrimônio, com as memórias, as que ele visualiza e as que ele possivelmente estava processando em sua meta-reflexão diante de uma questão existencial e que pode ser acionada por uma visita a um museu. Parece-me um claro exemplo de que o museu não é aquilo que o senso comum costuma afirmar, de que “museu é lugar de coisas velhas”.

Imagem 4 – desenho de professor que visitou o espaço do educador



Fonte: foto do autor. 2012.

Na sequência, pesquisando dentro do setor educativo e de seus arquivos, encontrei mais um “tesouro”. Este mapa mental elaborado por um professor que frequentou o espaço do educador, podemos perceber quantos elementos ele liga ao museu e com certeza à visita que fará com suas turmas. Por exemplo: Patrimônio histórico; socialização do saber; produção do conhecimento e espaço público. Temas ligados diretamente com a proposta deste texto e que nos auxilia pensar como os elementos da investigação encontram eco no pensamento dos docentes que levam seus alunos ao museu. Pode ser um indício da pergunta norteadora feita anteriormente, ‘Por que levar seus alunos ao museu?’.

### A escola e seus “tesouros”

Na práxis desenvolvida pelas professoras, o destaque, para este texto, são trechos das entrevistas e de alguns momentos em sala de aula no pré- visita e no pós-visita.

Professora Margarida: Nós fizemos uma preparação antes da visita. Que foi um pouco de teoria e apresentação do livro, com a visita a gente levantou algumas questões que era pra eles observarem lá de fotografia e fizemos a discussão em sala de aula a partir do livro, a partir das coisas que eles observaram, então fizemos uma pequena discussão sobre todo o cenário vivido pelos personagens do livro, [...], pelo cenário visto no museu, e estamos construindo um álbum de figurinhas a partir das fotos e eles estão usando também a experiência do museu e da juventude a partir dos personagens principais do livro Aur e Nia para confecção de um livro para participar da jornada literária da prefeitura.

Professora Margarida: Minha concepção de história?

[...] A memória da humanidade, ela tem que ser estudada e mostrar para os meninos também que a história não esta pronta ela pode ser revista, ela pode ser entendida de diversas formas e, principalmente, colocar os meninos com agente da história, história não é feito pelos heróis, pelos antepassados é feita por cada um de nos, a gente esta construindo nela a cada dia.

Júlio: Qual é em sua opinião, a principal contribuição do museu de história para reflexões das questões da memoria e do patrimônio?

Professora Margarida: Acho que a primeira coisa é a preservação. Quando o menino vê que algo esta sendo preservado há milhões de anos, milhares de ano, centenas de anos, dezenas de anos, eu acho que ele começa a perceber até a responsabilidade dele perante objetos, algo que foi construído ontem.

[...].O museu como uma guarda mesmo do patrimônio da humanidade, então esta ali objetos que talvez você só vai ver ali.

Professora Rosa: Bom, nos fizemos anterior à visita a gente fez alguns estudos de textos de preparação, de discussão do tema do que seria a pré-história na América, a pré-história no Brasil, inclusive com a discussão do que é o termo pré-história como ele podia ser dialogado.

No retorno do museu agente teve algumas propostas, então agente teve uma plenária. Primeiro eles fizeram registro sobre a experiência da visita e a gente faz o que eu chamei de plenária com eles que era abrir uma roda mesmo e falar sobre essas experiências que foram conduzidas que foram



gravadas naquele momento [...].(Trecho de entrevista com a professora Margarida em 8 de outubro de 2014, p. 5) (Grifos nossos). (Trecho de entrevista com a professora Rosa em 17 de setembro de 2014, p. 2). (Grifos nossos).

Temos, nessa segunda e última parte, inúmeros elementos que identificam que a tríade escola-museu-escola foi fortemente mobilizado nas práxis observadas, como por exemplo: “[...] Nós fizemos uma preparação antes da visita. Que foi um pouco de teoria e apresentação do livro, com a visita a gente levantou algumas questões que era pra eles observarem lá de fotografia e fizemos a discussão em sala de aula a partir do livro”. Também é possível observar como a visão de patrimônio, de memória são ampliadas e mobilizadas no contexto de vida dos educandos e educandas. É possível perceber que as docentes tiveram o cuidado de desenvolver uma sequencia didática e que me ajuda a pensar que o museu não foi mobilizado apenas como uma atividade isolada do currículo e que isso traz sobremaneira outra significação para um olhar diferenciado sobre a história, a memória e patrimônio.

E por fim, que levar seus alunos ao museu não está em nada relacionado com a ideia de que museu é coisa que guarda o passado, que é lugar de coisas velhas e é possível promover um ensino de história crítico, lúdico e em outros espaços educativos. Inclusive é possível estabelecer relações com a descrição feita pelo diretor do museu no caso do adolescente em situação e outros tesouros grifados acima nos trechos selecionados.

Fica nítido que a práxis desenvolvida foi planejada e desenvolvida dentro de uma concepção ampliada de ensino de história na dialogia com o ambiente museal. E que diante de tantos desafios, é possível ensinar com o patrimônio.

### **Considerações em torno das riquezas**

Segundo Costa (2016), para Giroux (1997), o docente como intelectual é aquele que promove em sua prática um ensino emancipador, democrático de igualdade e justiça social. Em seu pensamento, esse autor defende a Teoria Crítica Social que questiona e busca a alteração de uma prática educativa Tradicional imposta aos menos favorecidos. O argumento do autor vai em direção a uma postura que vá contra a visão tradicional do ensino e aprendizagem escolar como um processo neutro e transparente afastado da conjuntura de poder, da história e do contexto social. Também Giroux (1997) apresenta em suas reflexões sobre os professores como intelectuais a preocupação de que os docentes precisarão reconsiderar e transformar a natureza fundamental das condições em que trabalham.

Apesar do trabalho com recortes de minha tese, creio que foi possível vislumbrar uma parte que está em dialogia com os pressupostos de Giroux (1997) citado por Costa (2016). E na verdade, os saberes mobilizados extrapolam uma prática tradicional e que traz para o centro do debate o patrimônio, a memória, a história brasileira e o silenciamento desta história em muitos materiais didáticos e na formação inicial de docentes.

Por fim, é possível afirmar que o desenvolvimento deste trabalho, no qual busquei identificar e analisar os usos do passado – em relação ao ensino de história através do conteúdo da Pré-História brasileira - nas narrativas elaboradas e/ou evocadas pelos docentes de história da educação básica em Belo Horizonte mediados pela prática educativa em ambientes museais e na relação com a leitura de uma obra de divulgação científica permitiu a constatação de que essas práticas podem ser potentes processos educativos e extrapoladoras dos processos vividos nas salas de aula, em conexão com os mesmos, mas para além do que foi visto em sala com o patrimônio, as memórias e o museu.

## Referências

COSTA, Júlio César Virgínio da. *Da prática educativa a uma educação pela prática: o ensino de história com o museu e com a literatura*. 2016. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FREIRE, Paulo Freire. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2009.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

PEREIRA, Júnia Sales; SIMAN, Lana Mara de Castro. Educadores em zonas de fronteira - Limiões da relação museu-escola. In: NASCIMENTO, Silvana Souza, FERRETI, Carla Santiago. (Org.) *Museu e Escola*. Belo Horizonte: Puc Minas/UFMG, 2009, v. 1 p. 1-15.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A doação do objeto: o museu e o ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.